

Mulheres negras: resistência e resiliência ante os efeitos psicossociais do racismo.

Clélia R. S. Prestes & Esdras Guerreiro Vasconcellos

2013-11-29, Edição [63](#)

<http://pambazuka.org/pt/category/features/89826>



[cc PZ](#)

O tema das relações raciais, vinculado ao do atual desenvolvimento do Brasil, evoca a reflexão sobre o que seria desenvolvimento com igualdade racial. No mote das metas planetárias de maior volume de produção e acúmulo de capital, muitas vezes é priorizado o desenvolvimento econômico, às custas de racismo e sexismo, entre outras desigualdades e violências. Cabe importar a reflexão do caderno de textos (Gomes et al., 2013) oferecido como subsídio para os debates na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de novembro de 2013, conferência esta que tem como tema geral “Democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo”. Desde o caderno de textos até este artigo, fica, portanto, o questionamento: até que ponto o Brasil está mesmo em desenvolvimento, até que ponto está em crescimento?

O tema das relações raciais, vinculado ao do atual desenvolvimento do Brasil, evoca a reflexão sobre o que seria desenvolvimento com igualdade racial. No mote das metas planetárias de maior volume de produção e acúmulo de capital, muitas vezes é priorizado o desenvolvimento econômico, às custas de racismo e sexismo, entre outras desigualdades e violências. Cabe importar a reflexão do caderno de textos (Gomes et al., 2013) oferecido como subsídio para os debates na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, de novembro de 2013, conferência esta que tem como tema geral “Democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo”. Desde o caderno de textos até este artigo, fica, portanto, o questionamento: até que ponto o Brasil está mesmo em desenvolvimento, até que ponto está em crescimento? Para tal avaliação, é necessário analisar se houve crescimento econômico acompanhado de semelhante crescimento nas áreas de educação, saúde, cultura, entre outras, além de mudança nas relações sociais e nos valores, implicando em justiça social.

O histórico e contexto atual da população negra no Brasil, em especial de mulheres negras, constitui um panorama que não permite falar em desenvolvimento amplo e igualitário. Desde a vinda de enorme contingente de africanos(as) escravizados(as), o avanço do crescimento econômico e da dominação política se ampara nos prejuízos sociais da classe com menos acesso aos bens e serviços da sociedade, atingida por exploração, discriminação e exclusão social. Durante os séculos, a partir da colonização, o Brasil foi se tornando o país que hoje tem maioria da população negra, que é, entre as Diásporas, o país com maior quantidade de negros(as) e, em comparação com os países do continente africano, o segundo em número de negros(as), ficando apenas a Nigéria com número maior (DAVIS, 2000; THEODORO, 2008).

Essas pessoas negras vieram raptadas, foram escravizadas, forçadas a trabalhos penosos, sob privação e violência, sem direito a manterem suas famílias, tradições, culturas, nomes e religiosidades, e foram alienadas da propriedade sobre terras, bens materiais e sobre o próprio corpo. Foram quase quatro séculos desse quadro, sucedidos por pouco mais de um século de abolição da escravatura, que não foi acompanhada de praticamente nenhum esforço para integração social digna, equidade, acesso a direitos e cidadania, reparações e igualdade racial. A partir de uma abolição sem justiça social e sem mudança de mentalidade pautada na ideologia racista, as desigualdades permaneceram com discrepâncias sociais gritantes.

Pesquisas como a de Jaccoud (2009), Lopes (2005), Lopes, Goulart e Tannús (2007), Santos (2012), Santos et al. (2010), Venturi (2012) e Werneck (2006) apresentam dados que confirmam essa afirmação e decorrem no quadro a seguir. Do ponto de vista emocional, constata-se uma exacerbada violência psicológica, com desqualificação, preconceitos e discriminações determinando prejuízos que vão de baixa autoestima a transtornos psiquiátricos; do ponto de vista econômico, um severo empobrecimento com falta de oportunidades de reversão do quadro; do ponto de vista cultural, um aniquilamento de toda uma herança riquíssima; do ponto de vista da saúde em geral, severos determinantes sociais de adoecimento e morte; do ponto de vista programático, práticas de racismo institucional, ou seja, falha na garantia de direitos, omissões e discriminações permeando as instituições públicas e privadas; do ponto de vista da educação, hegemonia das epistemologias eurocêntricas e diferença de acesso, permanência e níveis de aprendizagem; do ponto de vista do trabalho e renda, desigualdades nas oportunidades de alcance dos postos trabalho, reconhecimento profissional, promoção e remuneração; do ponto de vista da cidadania, exposição a vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas, falta de autonomia e de acesso a direitos.

Fazendo-se o recorte de gênero, constata-se que o contexto brasileiro impõe a mulheres negras vulnerabilidades advindas da conjugação do sexismo com o racismo. Giacomini (1988) relata como as desigualdades vêm desde a época da escravidão, passando pelas recorrentes violências sexuais, pela perda do direito de escolha de parceiros, seja por imposição da escravidão, seja por menor valorização social diante da padronização estética que privilegia brancas. Os estereótipos vigentes até hoje, de mulheres super erotizadas e objetos sexuais, comprometem o reconhecimento profissional, os relacionamentos afetivos, e a positiva autoestima.

Dados comprovam a desigualdade racial somada à de gênero. Schumacher e Vital Brasil (2007) revelam que, na hierarquia de poder da sociedade brasileira, mulheres negras ficam no pior lugar, de maior prejuízo, abaixo de homens negros, que, por sua vez, perdem para mulheres brancas, ficando os homens brancos no lugar de maior privilégio. Werneck (2010) complementa que essa mesma sequência se repete em relação à remuneração pelo mesmo tipo de trabalho realizado. E, de acordo com Carneiro (2011), as condições de trabalho para mulheres negras são permeadas por maior vulnerabilidade, instabilidade e as subordinações impostas somadas são o reflexo da associação do racismo e do sexismo, que a autora descreve como racismo patriarcal.

Quanto às condições de saúde, mulheres negras, segundo Lopes (2005), incorrem em maior ocorrência de gravidez na adolescência e mortalidade materna que mulheres brancas. Martins (2006) explica que a mortalidade materna em mulheres negras está ligada às opressões descritas anteriormente, configurando-se como questão de saúde pública, sendo que negras têm risco até 7,4 vezes maior que brancas de óbito no parto e puerpério.

A diferença de tratamento no acesso aos serviços de saúde, expressão do racismo institucional, é uma das causas da maior incidência de casos de DST/Aids entre mulheres negras, estando sujeitas a morte precoce e evitável. Oliveira e Brito (2011) trazem, além dessa informação, a exposição de que há outros prejuízos para a saúde de negras, sendo reconhecidos pela Organização Mundial de saúde como problema de saúde pública, passando por doenças cardíacas, gástricas, musculares, cefaléias, ausência de planejamento familiar, dificuldades no parto, doenças sexualmente transmissíveis e psicossomáticas.

O contexto social e histórico delineado e os prejuízos descritos constituem o panorama do racismo na sociedade brasileira e sua incidência sobre negros e negras. Os efeitos psicossociais do racismo são compreendidos como efeitos relacionados ao contexto amplo de aspectos intra e intersíquicos, sociais e programáticos. Dessa forma, pode-se afirmar que o racismo interfere na dinâmica psicológica individual, nas relações interpessoais familiares, afetivas, profissionais e sociais, assim como nas interações com instituições e seus serviços. O caráter de prejuízo potencial que o racismo provoca nesses diversos níveis configura um quadro de vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas, como conceituado por Ayres, Paiva e França Jr. (2012) e complementado por Santos (2012) e Lopes (2005).

A partir da análise de Costa (1986), Souza (1990) e Fanon (2008), é possível pensar os efeitos psicossociais do racismo se concretizando, por exemplo, em resultados nocivos no corpo, psiquismo e identidade. Atingidos(as) pelo racismo, o ideal do branqueamento passa a figurar no imaginário social, alienando a formação identitária de negros(as) e brancos(as). A consciência racial e a revalorização da negritude são formas de reversão da distorção de identidade. O lugar reservado na sociedade brasileira para a mulher negra passa por rejeição de suas características, podendo levar a intensa dificuldade de organização psíquica saudável, ou mesmo no extremo de não aceitação de si mesma, baixa autoestima, danos na formação identitária, depressão e transtornos psiquiátricos (SANTOS, 2004).

Outra autora a falar dos efeitos psicossociais do racismo é Hooks (2006), ao ponderar sobre a dificuldade que pode ter a mulher negra de vivenciar e expressar amor, comprometendo relacionamentos afetivos, familiares e comprometendo a capacidade de amar. Feridas até o coração pelo racismo, mulheres negras, para amar, precisam exercitar a resistência.

Mulheres negras: resistência e resiliência

Não obstante o racismo imperando, há séculos, com prejuízo para a população negra, e o sexismo dando prejuízos ainda maiores às mulheres negras, o Brasil presenciou diversas formas de resistência, por meio, por exemplo, de grupos organizados que preservaram as culturas, religiões, compraram a liberdade de outros(as) e vivenciaram processos de superação das enormes adversidades encontradas. A partir do que traz Nascimento (2008), às mulheres negras pode ser associado os papéis de sustento das famílias, manutenção dos grupos, guardiãs das religiões e de organização em grupos pela liberdade de seu povo.

Werneck (2006) confirma essa característica de resistência que acompanha mulheres negras ao longo da história, com relatos de experiências de enfrentamento, superação e resistência.

A mulher negra vai se estruturar como pessoa que toma a si a responsabilidade de manter a unidade familiar, a coesão grupal e de preservar as tradições culturais e religiosas de seu grupo, em função da nova realidade que a opressão econômica e a discriminação racial pós-abolição tornaram existentes no seio da sociedade brasileira. (LOPES, 2008, p. 104)

O movimento feminista negro reúne mulheres negras e grupos organizados com o objetivo de ativismo pela igualdade racial e de gênero, assumindo resistência frente ao quadro de sofrimentos e comprometimentos impostos. Na busca por autonomia e igualdade na sociedade, mesmo atingidas por violências, intolerâncias, expostas a desigualdades e vulnerabilidades, protagonizam posturas resistentes na procura por melhores condições para que elas e outros(as) possam enfrentar e superar o sexismo e o racismo (OLIVEIRA E BRITO, 2011).

Concomitantemente a ações de resistência empreendidas por mulheres negras brasileiras e ante os efeitos psicossociais do racismo descritos anteriormente, uma das formas de reação e superação desse panorama é a passagem por processos de resiliência.

Antes de chegar à especificidade da resiliência em mulheres negras, vale a pena incluir uma definição geral de resiliência, para informar a partir de qual concepção do fenômeno se está refletindo.

Resiliência é um processo de reorganização, resignificação, superação e transcendência perante vivência de contexto potencialmente desintegrador.

Acessa recursos pessoais e coletivos, como: autoconfiança, otimismo, bom humor, autocontrole, flexibilidade, perseverança, bom relacionamento familiar e social, boa análise de situações, criatividade, pertencimentos, suporte social e programático, autonomia e sentido de vida (PRESTES, 2013, p. 63).

Esta conceituação foi apresentada pela autora em sua pesquisa sobre resiliência em mulheres negras.

Considerando a transcendência e a autonomia diante das opressões do racismo e do sexismo como expressões de resiliência em mulheres negras, é útil a afirmação de Fanon (2008), advogando que, nesse processo, é preciso passar pela conscientização e superação, não só das feridas, mas da fixação a um passado de dores, alcançando liberdade para sintonizar no presente, na realidade social, no compromisso consigo e com o(a) próximo(a), tomando para si ações em prol da igualdade e do fim das opressões. É possível, a partir dessa formulação, pensar a resiliência de modo mais amplo, vinculada não apenas à saúde individual, mas ao compromisso social.

Em suas publicações, Ungar (2006; 2008) trata de processos de resiliência, constantemente atentando para a mediação da cultura. Omar e colaboradores (2010) resgatam estudos de Utsey sobre resiliência, onde também é dado destaque à coletividade, ao contexto cultural e a experiências anteriores exitosas, todos convergindo para maior probabilidade de novos processos resilientes. Esses(as) autores(as) frisam a importância do pertencimento racial, da autoestima positiva e da autoconfiança para potencialização da resiliência.

Baldwin et al. (2011), Brown (2011) e Teti et al. (2012), pesquisadores de resiliência em negros, afirmam haver significativa relevância, sobre essa potencialização, advinda de otimismo, socialização racial, autoconfiança e enraizamento racial. As reflexões de Efraime Júnior (2013) também são úteis nessa

reflexão, por sua experiência com superações de traumas de guerra em Moçambique. Aborda as contribuições do trabalho psicoterapêutico e psicossocial para elaboração de trauma psíquico, realçando o quanto é essencial restabelecer o vínculo familiar e comunitário, além de administrar terapias tradicionais e outras estratégias para restituir a capacidade de amar e estabelecer vínculos.

No panorama brasileiro, pode-se citar duas pesquisas, que não são especificamente na psicologia (uma na Educação e a segunda no Serviço Social), mas abordam o tema de resiliência em mulheres negras.

Martins (2013) procura identificar elementos que teriam potencializado resiliência em negras de sucesso educacional. Mensura habilidades como análise do contexto, autoconfiança, autocontrole, conquistar e manter pessoas, empatia, leitura corporal, otimismo e sentido de vida.

A pesquisa desenvolvida por Carvalho (2008) conciliou resiliência e empoderamento, sugerindo um termo de agregação: autonomia superativa e emancipatória. Afirma que as superações alcançadas por mulheres negras contam com significativa influência de familiares e demais pessoas marcantes.

Além das pesquisas citadas, há a contribuição teórica de Guimarães e Podkameni, coautores (nessa ordem em 2008, inversa em 2007), que tratam de psicologia e relações raciais, discutindo os efeitos do racismo sobre o desenvolvimento psíquico e psicossocial, tanto individual quanto familiar. Propõem vias de reação aos efeitos das discriminações sofridas, que passam por ressignificar a negritude e reparar ou prevenir as sequelas psíquicas do racismo, numa estratégia chamada de rede de sustentação coletiva, vai desde recursos individuais (construídos ao longo do desenvolvimento psicoafetivo, no núcleo familiar e por transmissão psíquica) até recursos sociais (suporte, acolhimento, segurança, entre outros) e programáticos (educação, saúde e cultura, por exemplo). Como resultados, a possibilidade de negros e negras resgatarem a confiabilidade e acionarem processos de resiliência como reação aos efeitos psicossociais do racismo.

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1990, p. 17).

Finalizando em companhia de Souza, pode-se concluir que o enraizamento e o conhecimento da própria história são elementos fundamentais para que mulheres negras brasileiras alcancem consciência racial, constituição de identidade negra politizada e saudável, autoestima positiva e outros elementos que, ante os efeitos psicossociais do racismo, potencializem processos de resistência e resiliência.

Notas bibliográficas

AYRES, José Ricardo; PAIVA, Vera; FRANÇA Júnior, Ivan. Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria (orgs.). Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde [Coletânea]. Livro 1: Da doença à cidadania. Curitiba: Juruá, 2012.

BALDWIN, Debora R.; JACKSON III, David; OKOH, Ife; CANNON, Rex L. Resiliency and optimism: an african american senior citizen's perspective. *Journal of Black Psychology*, 37: 24-41, 2011.

BROWN, Danice L. Racial Discrimination and Resilience in African American Young Adults: Examining Racial Socialization as a Moderator. *Journal of Black Psychology*, Agosto, 37: 259-285, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Liandra Lima. Mais do que 'levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima': um estudo sobre autonomia superativa e emancipatória. Niterói: UFF, 2008. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. Violência e psicanálise. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Darien J. Afro-brasileiros hoje. São Paulo: Summus, 2000.

EFRAIME JÚNIOR, Bóia. Trauma e migração: os traumas psíquicos das crianças soldado. *Diversitas*, v. 1, n. 1, 2013.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOMES, Ângela; HARVEY, Giovanni; XAVIER, Lúcia; CARNEIRO, Sueli; SILVA, Tatiana Dias; NASCIMENTO, Valdecir; BARRETO, Vanda Sá; SANT'ANNA, Wania. Estratégias para o desenvolvimento e o enfrentamento ao racismo. Subsídios para o debate. Brasília: III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade racial (CONAPIR), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR), 2013.

GUIMARÃES, Marco Antonio Chagas; PODKAMENI, Ângela Baraf. A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: projeto mãe-criadeira. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2008.

HOOKS, Bell. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema. (org.) O Livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006.

JACCOUD, Luciana. (Org.) A Construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.

LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: Fundação Nacional de Saúde. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005.

_____. (Coord.); GOULART, Flávio A.; TANNÚS, Liliane. Subsídios para o enfrentamento do racismo na saúde. Brasília: DFID - Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional, 2007.

LOPES, Helena Theodoro. Mulher, cultura e identidade afro-brasileira. In: In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2008. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 3).

MARTINS, Alerte Leandro. Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, Nov. 2006 .

MARTINS, Lucienia Libania Pinheiro. Afroresilientes: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional. Teresina: UFPI, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista de; BRITO, Ângela Maria Benedita Bahia de. A Trajetória do racismo e a violência sofrida pela mulher negra: uma questão de saúde pública. In: RISCADO, Jorge Luiz de Souza; OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista de (Orgs.). Quilombolas, guerreiros alagoanos: Aids, prevenção e vulnerabilidades. Maceió: EDUFAL, 2011.

OMAR, Alicia et al. Resiliência e enfrentamento do estresse em adolescentes: efeitos mediadores dos valores culturais. Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 16, n. 3, abr. 2010.

PODKAMENI, Ângela Baraf; GUIMARÃES, Marco Antônio Chagas. Afro-descendência, família e prevenção. In: MELLO FILHO, Júlio de; BURD, Míriam (Orgs.) Doença e família. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

PRESTES, C. R. S. Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos. 2013. 173f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Alessandro de Oliveira. Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/Aids no Brasil. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria (orgs.). Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde [Coletânea]. Livro 1: Da doença à cidadania. Curitiba: Juruá, 2012.

_____; MALACHIAS, Antônio Carlos; BRITO, Antônio José Rollas de, et al. Experiências de implementação do quesito cor. In: SILVA JÚNIOR, Hélio; BENTO, Maria Aparecida Silva; SILVA, Mário Rogério (orgs.). Políticas públicas de promoção da igualdade racial. São Paulo: CEERT, 2010.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Mulher negra, homem branco: um breve estudo do feminino negro. São Paulo: Pallas, 2004.

SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. Mulheres negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

TETI, Michelle; Martin, Ashley E.; RANADE, Richa; MASSIE, Jenne; MALEBRANCHE, David J.; TSCHANN, Jeanne; BOWLEG, Lisa. "I'm a Keep Rising. I'm a Keep Going Forward, Regardless": Exploring Black Men's Resilience Amid Sociostructural Challenges and Stressors. Qualitative Health Research, Abril, 22: 524-533, 2012.

THEODORO, Mario (Org.). As Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

UNGAR, Molly. Nurturing hidden resilience in at-risk youth in different cultures. Journal of the Canadian Academy of Children and Adolescence Psychiatry. 15(2), 53-58, 2006.

_____. Resilience across cultures. British Journal of Social Work. 38, 218-235, 2008.

VENTURI, Gustavo. Misoginia, homofobia, racismo e "gerontofobia": contribuições de análises da opinião pública para a prevenção. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria (orgs.). Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde [Coletânea]. Livro 1: Da doença à cidadania. Curitiba: Juruá, 2012.

WERNECK, Jurema. (org.) Políticas públicas para negras e negros. Criola, Fundação Heinrich Boll, 2010.

_____. O Livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006.

*Clélia R. S. Prestes é psicóloga (CRP 08/07575-5) há 15 anos; integrante do Instituto AMMA Psique e Negritude; Mestre em Psicologia Social (USP / Título da dissertação: "Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos"); Especialista em Psicologia Clínica Psicanalítica (UEL); integrante da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP) e coordenadora da Matria - Formação e Consultoria. Tem experiência em Psicoterapia Individual, Familiar e Infantil; também como Professora Universitária, além de ter sido Consultora pela ONU Mulheres.

*AS OPINIÕES DO ARTIGO ACIMA SÃO DO AUTOR(A) E NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE AS DO GRUPO EDITORIAL

PAMBAZUKA NEWS.

* PUBLICADO POR PAMBAZUKA NEWS

* Pambazuka não está garantido! Torne-se um! [amigo do Pambazuka](#) e faça uma doação AGORA e ajude o Pambazuka a manter-se GRATUITO e INDEPENDENTE!

* Por favor, envie seus comentários para [editor\[at\]pambazuka\[dot\]org](mailto:editor[at]pambazuka[dot]org) ou comente on-line [Pambazuka News](#).